



Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ/MF 67.102.020/0001-44



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Foco empresarial

Empresa de economia mista do Governo do Estado de São Paulo, que presta serviços de engenharia aos diversos órgãos e entidades da Administração Estadual, atuando no gerenciamento de obras, fiscalização de convênios, regularização fundiária, elaboração de projetos de obras, gerenciamento da elaboração de projetos de obras, licenciamento ambiental, orçamento de obras, gestão de prédios públicos, avaliação patrimonial e apoio técnico a licitações, a CPOS busca sempre a melhoria da qualidade dos serviços prestados e o atendimento pleno das ações governamentais.

Ante sua reorganização administrativa, os diretores deixaram como legado o investimento em um sistema de gestão empresarial, de forma a integrar todos os dados e processos de negócios da companhia.

Resultados - A busca do equilíbrio econômico e financeiro

Além da continuidade dos contratos de prestação de serviços já firmados em anos anteriores, em 2010 foram assinados mais 111, proporcionando, até o fim do exercício, uma receita de **R\$43 milhões**, que, associada à queda no custo dos serviços prestados, proporcionou um aumento no resultado econômico bruto em 2010, à razão de 30% acima ao do exercício anterior.

A expectativa é que o resultado das ações dos administradores, o comprometimento dos empregados e a confiança de nossos clientes continuem proporcionando reflexos positivos para os próximos anos, assegurando a sustentabilidade econômica e financeira da CPOS.

Manutenção de clientes tradicionais

Dos clientes tradicionais da CPOS, destacam-se os seguintes empreendimentos em execução: **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (antiga Secretaria de Economia e Planejamento)** - acompanhamento das obras decorrentes de convênios firmados entre essa Secretaria, por intermédio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE e da Unidade de Articulação com Municípios - UAM, e municípios do Estado de São Paulo; avaliação e suporte técnico na licitação para alienação de imóveis do Estado; administração dos Edifícios CIDADE I e II; gerenciamento das obras de reforma do Edifício-sede da Secretaria e gerenciamento das obras de implantação do Parque do Belém; **Secretaria da Habitação** - presta-

ção de serviço técnico especializado para execução do Programa CIDADE LEGAL, com assessoria, consultoria e suporte técnico à urbanização de favelas e assentamentos precários; **Secretaria da Administração Penitenciária** - gerenciamento das obras e elaboração de projetos de diversas Unidades Prisionais no Estado de São Paulo e elaboração de todos os projetos e documentação técnica para obtenção das licenças ambientais; **Secretaria da Cultura** - projetos executivos e complementares e gerenciamento das obras de instalação do MAC/USP - Museu de Arte Contemporânea; gerenciamento das obras para implantação do Museu da História do Estado de São Paulo; gerenciamento dos projetos básicos para a construção do Complexo Cultural Luz; **Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania** - gerenciamento e fiscalização das obras de construção e reforma de fóruns em diversos municípios; projeto executivo para fórum-padrão; **Secretaria de Gestão Pública** - administração do Edifício Adélia Saliba - CIDADE III; **Ministério Público** - gerenciamento das obras de complementação da construção das sedes do Ministério Público de Campinas e de Piracicaba; **Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"** - CEETEPS - gerenciamento das obras de restauro das fachadas e cobertura da Faculdade de Tecnologia - Fatec São Paulo; documentação técnica para regularização fundiária e laudo de avaliação em Votuporanga e Jales; **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo** - CDHU - levantamento planialtimétrico, análise de viabilidade ambiental e avaliação de imóveis; **Secretaria da Fazenda** - fiscalização de postos fiscais em diversos municípios e elaboração de laudos de avaliação; **Secretaria do Meio Ambiente** - laudos de avaliação em São Paulo e Campinas; **Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (antiga Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo)** - gerenciamento da reforma do Conjunto Desportivo "Constandio Vaz Guimarães"; elaboração de material licitatório e apoio técnico na licitação para as obras de reforma geral do Parque da Juventude e laudo de avaliação do parque Turístico de Capivari; **Casa Civil** - elaboração de projetos legais para regularização do Palácio dos Bandeirantes; **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp** - acompanhamento e fiscalização de obras e reformas para implantação de postos do Poupatempo em diversos municípios; gestão predial para o Edifício Monteiro Lobato e elaboração de laudos de avaliação;

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (antiga Secretaria de Desenvolvimento) - fiscalização das obras de reforma e adaptação para implantação do Parque Tecnológico de São Paulo; **Departamento Hidroviário** - projeto para as obras das futuras instalações do NAMT - Núcleo Técnico Regional do Alto e Médio Tietê em Bariri; projeto para futuras instalações do NBTP - Núcleo Técnico Regional do Baixo Tietê e Paraná em Buritama; **Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU** - gestão predial em diversos locais no Estado; **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** - execução da obra de proteção das fachadas internas do Edifício-sede do Tribunal de Justiça, na Praça Clovis Bevilacqua, s/nº - São Paulo/SP; **Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP**; **Companhia Energética do Estado de São Paulo - CESP**; **Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP**; **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP**; **Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A**; **Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE**; **Fundação Casa**; **Companhia do Metropolitan do Estado de São Paulo - METRO**; **Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho**; **Polícia Militar**; **Secretaria da Saúde**; **Secretaria de Segurança Pública** - elaboração de laudos de avaliação em diversos municípios do Estado; **Secretaria da Agricultura e Abastecimento** - elaboração de projeto básico e material licitatório, para a substituição de muro por gradil, no Instituto Biológico; **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo** - elaboração de material licitatório e assessoria técnica na licitação para a reforma da Ala Parlamentar da Assembleia. Além dos clientes tradicionais, a CPOS conquistou novos clientes, como a **Companhia Docas de São Sebastião** - para a avaliação imobiliária de imóveis, sob o domínio da Companhia Docas, em São Sebastião e no Vale do Paraíba; **Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA** - elaboração de laudo de avaliação para venda do imóvel, localizado na Av. Monte Carmelo nº 800, no município de Marília/SP e fiscalização de convênio para a **Secretaria do Turismo** por intermédio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)				
Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido		
	NE	2010	2009	
Circulante		38.206	35.782	Circulante
Caixa e bancos		1.661	639	Fornecedores
Aplicações financeiras	3b	11.750	7.562	Cauções e retenções contratuais
Clientes		4.026	5.687	Encargos sociais
Serviços em andamento		891	393	Provisão para férias
Créditos a receber	4	4.086	5.873	Obrigações tributárias
Outros créditos	5	5.088	5.520	Contas a pagar
Estoques		89	60	Contas correntes
Despesas antecipadas		310	207	Gestão predial
Gestão predial	6	10.305	9.841	Não-circulante
Não-circulante				Exigível a longo prazo
Realizável a longo prazo		26.563	31.642	Provisão para contingências
Outros créditos		2.558	523	Obrigações a pagar
Clientes	3c e 7	10.975	11.452	Contas correntes
(-) Provisão para perdas	7	(5.498)	(5.498)	Patrimônio líquido
Pagamentos por conta de contratos	3c	149	149	Capital social
Depósitos judiciais	8	2.048	2.147	Reservas de capital
Imóveis destinados a venda	9	16.190	21.041	Ajuste de avaliação patrimonial
Valor a receber por venda de imóveis	10	141	1.828	Prejuízos acumulados
Investimento	11	31.628	4.928	Total
Propriedade para investimento		26.700	0	
Outros créditos		4.928	4.928	
Imobilizado	3d e 12	14.288	14.668	
Intangível	13	244	0	
Total		110.929	87.020	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (NE 3a)			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)			
	NE	2010	2009
Receita Operacional Bruta			
Receita de prestação de serviços		43.979	45.202
Deduções da Receita Operacional			
Impostos e contribuições incidentes sobre serviços		(6.128)	(6.347)
Receita Operacional Líquida		37.851	38.855
Custos dos Serviços Prestados		(25.633)	(29.489)
Lucro (Prejuízo) Bruto		12.218	9.366
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e gerais	22	(13.952)	(16.417)
Contingências judiciais		2.047	4.135
Despesas tributárias		(143)	(66)
Outras receitas e despesas	22	2.192	6.056
		(9.856)	(6.292)
Resultado de imóveis destinados a venda		(9)	(65)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		2.353	3.009
Despesas financeiras		(117)	(4)
Receitas financeiras		3.160	2.128
Lucro (Prejuízo) antes da Tributação		5.396	5.133
Provisão IRPJ e CSLL	16	(810)	(235)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	20	4.586	4.898

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)					
	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	83.218	22.049	-	(73.686)	31.581
Aumento de capital	5.427	(5.427)			
Lucro do exercício				4.898	4.898
Saldos em 31 de dezembro de 2009	88.645	16.622	-	(68.788)	36.479
Redução a valor recuperável de ativo		(4.851)			(4.851)
Ajustes de avaliação - imobilizado			8.409		8.409
Ajustes de avaliação - propriedade para investimento			18.303		18.303
Lucro líquido do exercício				4.586	4.586
Saldos em 31 de dezembro de 2010	88.645	11.771	26.712	(64.202)	62.926
	(NE 17)	(NE 18)	(NE 19)	(NE 20)	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO (NE 21)		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)		
Fluxos de caixa originados de:	2010	2009
Atividades operacionais		
Recebimento de clientes	45.581	52.260
Pagamento de fornecedores	(15.308)	(28.108)
Pagamento de salários, encargos e benefícios	(30.330)	(27.244)
Pagamento de tributos, contribuições e taxas	(5.380)	(4.680)
Pagamentos de contingências	0	(5.371)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	7.834	6.715
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.397	(6.428)
Atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(662)	(527)
Recebimentos pela venda de imóveis para venda	3.475	2.641
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	2.813	2.114
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	0	0
Pagamentos de lucros e dividendos	0	0
Juros recebidos de empréstimos	0	0
Juros pagos por empréstimos	0	0
Empréstimos tomados	0	0
Pagamentos de empréstimos/debêntures	0	0
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	0	0
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.210	(4.314)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.201	12.515
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13.411	8.201

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)						
	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2009	88.645	16.622	(68.788)	-	36.479	-
Redução a valor recuperável de ativo		(4.851)			(4.851)	-
Transação de Capital com os Sócios	88.645	11.771	(68.788)	-	31.628	-
Ajustes de avaliação - imobilizado				8.410	8.410	8.410
Ajustes de avaliação - propriedade para investimento				18.302	18.302	18.302
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	26.712	26.712	26.712
Lucro líquido do exercício			4.586		4.586	4.586
Saldos em 31 de dezembro de 2010	88.645	11.771	(64.202)	26.712	62.926	31.298
	(NE 17)	(NE 18)	(NE 20)	(NE 3a e 19)		

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, sociedade anônima de direito privado e de capital fechado, com sede na Rua Tangará nº 70 - Vila Mariana - São Paulo/SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 67.102.020/0001-44, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp sob o nº 35.300.132.343 em 25 de outubro de 1991. Empresa de economia mista parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional, constituída

em 8 de outubro de 1991, em decorrência de sua lei de criação de nº 7.394, de 8 de julho de 1991, tem como objetivo principal administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar edifícios de propriedade do Estado de São Paulo. Seus principais clientes são Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo e os principais fornecedores, empresas de prestação de serviços.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, observadas as mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 - e os Pronunciamentos, Orientações

e Interpretações do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em razão das características operacionais não são aplicáveis Ajustes ao Valor Presente - Pronunciamento Técnico CPC 12.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas de acordo com o regime de competência para apuração do resultado líquido do exercício e, para a apuração do resultado abrangente total, foram reconhecidos os componentes de outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patri-





Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44



monial.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

c. Créditos a receber e obrigações a pagar

Os créditos a receber do grupo de Realizável a Longo Prazo, nas contas de "Clientes" e de "Pagamentos por conta de contratos", estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000.

Da mesma forma, estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000 o valor a pagar de R\$ 1.194 mil, referente a ressarcimento de pessoal comissionado, contemplado na conta de "Obrigações a Pagar", do grupo de Exigível a Longo Prazo.

d. Imobilizado

Com exceção das contas de terrenos e edificações, cujos bens estão registrados pelo valor justo, em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, o imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxa que contempla a vida útil econômica dos bens descrita na Nota 12.

4. Circulante - Créditos a Receber

Esse grupo de contas contempla os valores a receber pela venda de imóveis no montante de R\$ 1.687 mil e valores a receber da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP no montante de R\$ 2.370 mil em tratativas pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007, para realizar levantamento de haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta.

5. Circulante - Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o valor a receber de R\$ 2.638 mil correspondente ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros Órgãos.

6. Circulante - Gestão Predial

Nessa rubrica estão contemplados os valores relacionados aos contratos de gestão predial firmados pela CPOS: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional - Edifícios CIDADE I e II - Termo de Cooperação Técnica de 01/10/2007; Secretaria de Gestão Pública - Edifício Adélia Saliba/CIDADE III - Contrato nº 005/2007 de 09/08/2007; Secretaria de Gestão Pública - Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo - DPME - Contrato nº 004/2009 de 15/02/2009; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP - Contrato nº 024/2010 de 01/07/2010; e, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP - Contrato nº PRO.00.5839 de 20/07/2010.

7. Realizável a Longo Prazo - Clientes e Provisão para Perdas

Os valores a receber da conta "Clientes" se referem a créditos decorrentes de contratos em que a CPOS prestou serviços cujas cobranças não foram pagas ou foram pagas com atraso por nossos clientes. Esses créditos, em sua maioria, pendentes há mais de 10 anos, estão constituídos de:

- 7.1 - Principal vencido entre 1992 e 31 de dezembro de 2000, mais;
- 7.2 - Correção Monetária, do principal mencionado no item 7.1, calculada até 31 de dezembro de 2000, mais;
- 7.3 - Correção Monetária, calculada de 1992 até 31 de dezembro de 2000, de valores recebidos com atraso naquele período, mais;
- 7.4 - Principal vencido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2009.

A provisão para perdas no recebimento de créditos relativos à correção monetária por atraso no pagamento foi constituída considerando o disposto nos artigos 340, 341 e 342 do Regulamento do Imposto de Renda e motivada pelo não reconhecimento desses créditos pelas entidades do Governo Estadual no decorrer das reuniões do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007, para realizar levantamento de haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta.

8. Realizável a Longo Prazo - Depósitos Judiciais

Esse grupo de contas contempla o valor de R\$ 1.438 mil que a CPOS depositou em juízo, em 7 de abril de 2009, na execução provisória de ação cível movida contra a CPOS.

9. Realizável a Longo Prazo - Imóveis Destinados a Venda

Dos imóveis transferidos em 22 de dezembro de 2000, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Pessoais e Reais da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA para a CPOS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, o saldo remanescente é de R\$ 16.190 mil classificados em Imóveis Destinados a Venda. Desse montante R\$ 6.206 mil foram integralizados ao capital e R\$ 9.984 mil permanecem na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Nessa rubrica foi aplicado os Pronunciamentos Técnicos CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

Saldo em 31 de dezembro de 2009		21.041
Imóvel - Av da Saudade Campinas	4.312	
Imóvel - Pe. Camargo Lacerda - Campinas	174	
Imóvel - Rua Lidgerwood - Campinas	846	
Imóvel - Av. Pres. Wilson - São Paulo	874	
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 2	7.795	
Redução ao valor recuperável	(1.952)	
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 1	2.738	
Redução ao valor recuperável	(389)	
Imóvel - São José do Rio Preto	42	
Imóvel - Rio Claro	4.260	
Redução ao valor recuperável	(2.510)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010		16.190

10. Realizável a Longo Prazo - Valor a Receber por Venda de Imóveis

A variação dessa conta no montante de R\$ 1.687 mil equivale à transferência para a conta do Ativo Circulante "Créditos a Receber" - Nota 4.

11. Investimento

Às Propriedades para Investimento foram aplicados os Pronunciamentos Técnicos CPC 28 - Propriedade para Investimento e CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Saldo em 31 de dezembro de 2009		0
Imóvel Cubatão		
Transferido de Imobilizado - Terrenos	137	
Ajuste de Avaliação	6.863	
Valor Justo do Bem		7.000
Imóvel Dante Pazzanese		
Transferido de Imobilizado - Terrenos	8.113	
Ajuste de Avaliação	11.096	
Transferido de Imobilizado - Benfeitorias	147	
Ajuste de Avaliação	344	
Valor Justo do Bem		19.700
Saldo em 31 de dezembro de 2010		26.700

O valor de R\$ 4.928 mil, consignado na rubrica "Outros Investimentos", refere-se a ações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.

12. Imobilizado

No ativo imobilizado foram aplicados os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 27 - Ativo Imobilizado, e, especificamente aos Terrenos e às Edificações foi aplicado o CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

	Taxa anual de depreciação	2010	2009
Terrenos (1)	-	11.167	12.395
Edificações (2)	4%	2.854	1.614
Móveis, utensílios e equipamentos (3)	10%	1.183	1.092
Instalações - escritório (4)	10%	516	357
Veículos (5)	20%	588	778
Computadores e periféricos (6)	20%	2.587	2.270
Software (7)	20%	0	1.078
Linhas telefônicas (8)	-	0	120
Outras (9)	10%	137	146
		19.032	19.850
(-) Depreciação acumulada (10)		(4.744)	(5.182)
		14.288	14.668

Saldo em 31 de dezembro de 2009		(1) Terrenos	12.395
Imóvel Tangará			
Valor Contábil	4.145		
Ajuste de Avaliação	7.022		
Valor Justo do Bem		11.167	7.022
Imóvel Cubatão			
Valor Contábil	137		
Transferido para Propriedade para Investimento	(137)	(137)	
Imóvel Dante Pazzanese			
Valor Contábil	8.113		
Transferido para Propriedade para Investimento	(8.113)	(8.113)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010			11.167

Saldo em 31 de dezembro de 2009		(2) Edificações	1.614
Imóvel Tangará			
Custo	977		
(-) Depreciação Acumulada	(711)		
Valor Contábil	266		
Ajuste de Avaliação	1.387		
Valor Justo do Bem		1.653	1.387
Imóvel Dante Pazzanese			
Custo	637		
(-) Depreciação Acumulada	(490)		
Valor Contábil	147		
Transferido para Propriedade para Investimento	(147)	(147)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010			2.854

- (3) Móveis, utensílios e equipamentos - Aquisições de R\$91 mil;
- (4) Instalações - escritório - Aquisições de R\$159 mil;
- (5) Veículos - Baixas de R\$189 mil, por leilão;
- (6) Computadores e periféricos - Aquisições de R\$317 mil;
- (7) Software - Aquisições de R\$94 mil e transferência para Intangível de R\$1.172 mil - CPC 04 - Ativo Intangível;
- (8) Linhas telefônicas - Baixas de R\$120 mil, por Redução a Valor Recuperável de Ativos - CPC 01;
- (9) Outras: Equipamentos Telefônicos - Aquisições de R\$1 mil; Ferramentas, Biblioteca e material correlato - Baixas de R\$10 mil, por Redução a Valor Recuperável de Ativos - CPC 01.

Saldo em 31 de dezembro de 2009		(10) Depreciação Acumulada	5.182
Depreciação do período	689		
Baixa de Veículos, por leilão	(189)		
Transferido para Amortização do Intangível - Software - CPC 04	(928)		
Baixa de Ferramentas, Biblioteca e material correlato, por Redução a Valor Recuperável de Ativos - CPC 01	(10)		
Saldo em 31 de dezembro de 2010			4.744

13. Intangível

Tendo em vista a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, a Companhia transferiu do Imobilizado - Software (Nota 12) para Intangível - Software o montante de R\$ 244 mil.

Saldo em 31 de dezembro de 2009		0
Transferido do Imobilizado para Intangível - Software	1.172	
Transferido de Depreciação para Amortização - Software	(928)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010		244

14. Bens Penhorados em processos trabalhistas, cíveis e fiscais

Nas contas de Veículos do Ativo Imobilizado (Nota 12) e Imóveis destinados a venda do Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 9) constam bens penhorados em processos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a CPOS é parte, no montante de R\$ 984 mil.

15. Contingências

A CPOS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável. As contingências avaliadas com risco de perda possível ou remota estão compostas de processos cíveis no valor de R\$ 37.816 mil, processos de natureza tributária no valor de R\$ 47.527 mil e processos trabalhistas no valor de R\$345 mil. Às Contingências foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	2010	2009
Processos cíveis / tributários	18.102	19.523
Processos trabalhistas	5.203	5.244
	23.305	24.767

16. Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em cumprimento à Lei federal nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009 e em conformidade com o artigo 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009, que tratam dos parcelamentos dos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e dos débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aos quais fez adesão, a CPOS propôs a desistência e renúncia ao direito no qual se fundam as ações, cautelares e ordinárias, propostas contra a União Federal, que discutem a constitucionalidade das Leis Federais nºs 8.981/95 e 9.065/95, objetivando a compensação integral dos prejuízos para a aferição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica/IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido/CSLL. Dessa forma, a Companhia que até 2008 não refletia provisão para IRPJ e CSLL em função de medida cautelar concedida pela Justiça Federal, para o exercício de 2009 e 2010 apurou IRPJ e CSLL sobre o lucro real de acordo com o que especifica a legislação tributária. Em 31 de dezembro de 2010, o prejuízo fiscal da Companhia, líquido de lucro inflacionário a realizar e das compensações e mencionadas está estimado em R\$ 48.241 mil (R\$ 50.695 mil em 2009), e a base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, em R\$ 54.696 mil (R\$ 57.150 mil em 2009).

17. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 88.645 mil é representado por 22.333.330.314 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social autorizado é de R\$ 249.656 mil, conforme estabe-

lecido no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia.

18. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Essa rubrica refere-se aos imóveis transferidos da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA, sendo que R\$ 9.984 mil deverão ser reavaliados no momento da venda ou da realização do aumento de capital, em observância ao disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 6404/76 e eventuais diferenças em relação aos valores apontados implicarão redução ou aumento do valor do crédito contabilizado e os restantes R\$ 1.787 mil, correspondem ao saldo de imóvel já reavaliado e vendido. A variação dessa conta no montante de R\$ 4.851 mil equivale à contrapartida dos lançamentos da redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 aplicado aos imóveis destinados a venda (Nota 9).

Saldo em 31 de dezembro de 2009		16.622
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 2	7.795	
Redução ao valor recuperável	(1.952)	
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 1	2.738	
Redução ao valor recuperável	(389)	
Imóvel - Rio Claro	4.260	
Redução ao valor recuperável	(2.510)	
Imóvel - São José do Rio Preto	42	
Imóvel - Campinas - Saldo Quitado	1.787	
Saldo em 31 de dezembro de 2010		11.771

19. Ajustes de Avaliação Patrimonial

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 (27 - Ativo Imobilizado, 28 - Propriedade para Investimento, 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e 43 - Adoção Inicial dos Procedimentos Técnicos CPC 15 a 40), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído aos bens contabilizados no Ativo Imobilizado - Terrenos e Edificações e em Investimentos - Propriedade para Investimento, registrou os ajustes nas próprias contas (Notas 11 e 12) e a contrapartida nessa rubrica.

Saldo em 31 de dezembro de 2009		0
Imóvel Tangará		
Ativo Imobilizado - Terreno		
Valor Contábil	4.145	
Ajuste de Avaliação	7.022	
Valor Justo		7.022
Ativo Imobilizado - Edificações		
Custo	977	
(-) Depreciação Acumulada	(711)	
Valor Contábil	266	
Ajuste de Avaliação	1.387	
Valor Justo		1.653
Valor Justo do Bem		12.820
Imóvel Cubatão		
Propriedade para Investimento - Terreno		
Valor Contábil	137	
Ajuste de Avaliação	6.863	
Valor Justo do Bem		6.863
Imóvel Dante Pazzanese		
Propriedade para Investimento - Terreno		
Valor Contábil	8.113	
Ajuste de Avaliação	11.096	
Valor Justo		11.096
Valor Justo do Bem		19.209
Propriedade para Investimento - Edificações		
Valor Contábil	147	
Ajuste de Avaliação	344	
Valor Justo		491
Valor Justo do Bem		19.700
Saldo em 31 de dezembro de 2010		26.712

20. Resultado do Exercício

O lucro líquido do exercício de R\$ 4.586 mil foi totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados por isso não consta demonstrada a sua alocação nas Demonstrações de Resultado do Exercício - DRE e Abrangente - DRA.

21. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto. Sendo assim, de forma a atender ao disposto no Pronunciamento Técnico nº 03, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, bem como, ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 3.8, do Conselho Federal de Contabilidade, apresentamos, a seguir, a conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	R\$ mil
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	5.396
Ajustes para conciliar o resultado com o valor do caixa líquido gerado (aplicado)	
Depreciação	689
Resultado na venda (baixa) de ativos permanentes	120
Variações nas contas dos ativos e passivos (operacionais)	
(Aumento) Redução em contas a receber	(328)
(Aumento) Redução nos estoques	(29)
(Aumento) Redução nas despesas antecipadas	(103)
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	(1.412)
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos	0
Aumento (Redução) na provisão para férias	336
Aumento (Redução) na provisão para contingências	(1.462)
IRPJ e CSLL	(810)
Total dos Ajustes	(2.999)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.397

22. Demonstração de Resultado

Os valores relativos a ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros órgãos, até o exercício de 2009, foram contabilizados na conta de recuperação de despesas, do grupo de outras receitas. A partir do exercício de 2010 a recuperação desses valores foi contabilizada nas respectivas contas de despesas com pessoal, do grupo de despesas administrativas. Em 2009 o valor total contabilizado relativo ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros órgãos foi R\$ 3.677 mil. Para fins de comparação dos valores apresentados nas Demonstrações de Resultados de 2010 e 2009 reclassificamos esse valor do grupo de outras receitas para o grupo de despesas administrativas, conforme demonstramos a seguir:

Receitas (Despesas) Operacionais	2010	2009	2009
		Reclassificado	
Administrativas e gerais	(13.952)	(12.740)	(16.417)
Contingências judiciais	2.047	4.135	4.135
Despesas tributárias	(143)	(66)	(66)
Outras receitas e despesas	2.192	2.379	6.056
	(9.856)	(6.292)	(6.292)





Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ/MF 67.102.020/0001-44



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS SÃO PAULO – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPOS em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis, das Notas Explicativas, da Proposta de Reunião da Diretoria e do Relatório Anual da Diretoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, TGB Auditores e Consultores S/S, datado de 11 de março de 2011, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para aprovação do Conselho de Administração, objetivando submetê-los à deliberação dos Acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 15 de março de 2011
Benedicto Viviani
Dirceu Rioji Yamazaki
Nanci Cortazzo Mendes Galuzio
Simião Gonçalves

São Paulo, 11 de março de 2011.
TGB – AUDITORES E CONSULTORES S/S
2RS003622/O-0 – “S” – SP
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Contadora 1CRC/RS 065.932/O-7 – “S” – SP
Responsável Técnica

Conselho de Administração

Antonio Bolognesi
Carlos Antonio Luque
Gustavo Gonçalves Ungaro
Isamu Otake
João Francisco Aprá
Nelson de Almeida Prado Hervey Costa
Paulo Renato Costa Souza
Sergio de Oliveira Alves

Diretoria

Sergio de Oliveira Alves
Diretor-Presidente
Oswaldo Marco Junior
Diretor de Engenharia
Luiz Antonio Lencioni Zanetti
Diretor Administrativo e Financeiro
Regina Cavalcanti de Albuquerque
Diretora de Gestão Institucional
Felipe Sartori Sigollo
Diretor de Serviços

Conselho Fiscal

Benedicto Viviani
Dirceu Rioji Yamazaki
Nanci Cortazzo Mendes Galuzio
Simião Gonçalves

Luiz Antonio Lencioni Zanetti
Diretor Administrativo e Financeiro
Mônica Martins de Araujo – CRC nº 1SP163880/O-7
Contadora



Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional

**GOVERNO DE
SÃO PAULO**